

Já assinou? Ajude a pressionar o Cruesp a retomar as negociações na data-base 2025

A partir dos indicativos apontados pelas categorias na última rodada de assembleias de base, o Fórum das Seis lançou um abaixo-assinado virtual para reivindicar a retomada do diálogo e das negociações no âmbito da data-base 2025, bem como o efetivo funcionamento dos grupos de trabalho (GT) sobre Permanência Estudantil e Previdência. No caso do primeiro GT, o objetivo é construir uma política única de gratuidade ativa nas três universidades estaduais paulistas; no outro, a meta é realizar um diagnóstico do comportamento das aposentadorias a partir das seguidas reformas previdenciárias e debater os problemas relacionados.

Para assinar, entre em

<https://forms.gle/CtpKXStUfZmUZyxt5>.

O Forms estará aberto até 15/7/2025.

Há uma grande insatisfação na categoria com os resultados da data-base deste ano. O índice de 5,51%, aplicado sobre os salários de maio, limitou-se à inflação do ano e não avançou na recuperação do poder



de compra de maio/2012, como reivindicado na Pauta Unificada de 2025. Intransigentes, os reitores sequer concordaram em discutir a contraproposta apresentada pelo Fórum das Seis na reunião de 26/5, de que o reajuste ficasse em 8%, o que significaria a inflação do ano + uma pequena reposição de perdas. Ressalte-se que os 8% levam em conta a previsão mais pessimista dos técnicos do Cruesp para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) em 2025, de R\$ 177 bi. Se terminar nesse patamar, o ICMS terá um crescimento de 7,2% em relação a 2024. Se os R\$ 181,8 bi previstos pela Secretaria da Fazenda forem alcançados, “caberia” um reajuste salarial de 10,8% nesta data-base.

Em vez de apostarem na valorização de todos e todas, os reitores preferiram optar pelo achatamento salarial, anunciando correções em benefícios que não se incorporam aos salários, não vão para a aposentadoria e não contemplam os/as aposentados/as. Agindo desse modo, o Cruesp se coloca no mesmo caminho das sucessivas reformas da previdência, que têm imposto duras penas a todos os trabalhadores inativos de todas as categorias, e revela um profundo desrespeito com aquelas e aqueles que dedicaram toda a sua vida laboral para construir a universidade pública.

Reunião técnica

No dia 25/6, o Fórum das Seis estará reunido com os técnicos do Cruesp, para discussão do cenário econômico, arrecadação do ICMS, entre outros. Na ocasião, os representantes das entidades irão cobrar novamente a reabertura das negociações com os reitores.

Queremos seguir debatendo a data-base 2025! Retoma o diálogo, Cruesp!

Relatório da Comissão de Finanças devolve expressão “no mínimo” na LDO/2026. Fórum segue cobrando aumento de recursos

Após apresentar propostas de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2026), que tramita na Assembleia Legislativa (Alesp) por meio do projeto de lei (PL) 412/2025, o Fórum das Seis vem abordando deputados e deputadas de oposição e da base governista para falar da necessidade de mais recursos para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza. As emendas foram subscritas por parlamentares de oposição ao governo Tarcísio, do PT, PSOL, PCdoB e Rede.

No dia 17/6/2025, uma comissão do Fórum foi recebida pela assessoria da deputada Solange Freitas (União Brasil), designada relatora da LDO/2026 na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP). Fernando Guedes, assessor jurídico da deputada, ouviu as justificativas para a reivindicação do Fórum em relação ao orçamento do estado no ano que vem: há emendas preven-

do alíquotas de 10% até 11,6% do ICMS-QPE, sempre sobre o “total do produto”, com o objetivo de evitar o sequestro de recursos na nossa base de cálculo. Para o Centro Paula Souza (Ceeteps), autarquia pública estadual que mantém as escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC), mais uma vez não há dotação fixa prevista (o governador define a cada ano o quanto quer destinar ao órgão). As emendas do Fórum pleiteiam a dotação de 3,3% do total do produto do ICMS-QPE. Para o conjunto da educação pública, o pleito é de 33% do total de receitas do estado.

No texto original do PL 412/2025, que traz as propostas do Executivo para os recursos que cada setor do estado receberá no orçamento do próximo ano, para as universidades está previsto o patamar de 9,57%



Alesp, 17/6/2025: Em primeiro plano, a coordenadora do Fórum, Silvia Gatti, fala com Fernando Guedes, assessor da relatora da LDO/2026

da quota-parte do estado no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-QPE), mas sem a expressão “no mínimo”, o que é motivo de preocupação para as entidades sindicais, pois abre espaço para a redução de recursos. Guedes assegurou que o relatório da deputada devolverá a expressão ao texto da LDO/2026. O fato

foi confirmado pela relatora, em conversa com os membros do Fórum após reunião da CFOP, na tarde do mesmo dia.

Esclarecimentos, emenda nova, silêncio do Cruesp

Os representantes do Fórum vêm se reunindo com parlamentares de oposição e da base governista não só para defender as emendas tradicionais, em torno do ICMS, mas também para debater uma proposta nova. Uma das emendas apresentadas pelo Fórum à LDO/2026 estabelece os valores dos orçamentos das universidades estaduais para 2026 em no mínimo 8,64% da Receita Tributária Líquida (RTL) do estado.

A proposta leva em conta o fato de que, com a reforma tributária, o ICMS será gradualmente extinto, tornando necessário repensar a base de cálculo dos repasses destinados às universidades estaduais. Para

chegar a ela, o GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis fez uma análise histórica do período entre 2012 e 2022, concluindo que o ICMS-QPE corresponde, em média, a 86,38% da RTL do estado. A adoção da RTL como nova base de cálculo permitirá que os repasses às universidades acompanhem de forma mais precisa a arrecadação efetiva, ajustando-se automaticamente às variações fiscais.

Essa mudança é fundamental diante da transição para o novo modelo tributário, que substituirá o ICMS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Embora a implantação do novo modelo vá ser progressiva – o IBS será instituído a partir de 2026, com uma alíquota de 0,1% estadual, percentual que irá subindo até a extinção total do ICMS em 2033 – o Fórum considera importante já iniciar o debate.

A apresentação da proposta agora tem uma fundamentação mais política do

que técnica, cumprindo o papel de acender o debate nas categorias e na sociedade. A definição do que ocorrerá com os recursos das universidades dependerá de negociações com o governo Tarcísio, que não esconde seu descontentamento com a autonomia das estaduais paulistas, e com os/as parlamentares da Alesp. A comunidade acadêmica precisa estar atenta e pronta para se mobilizar em defesa da garantia de financiamento adequado.

Nesse sentido, o Fórum das Seis cobra uma postura mais ativa dos reitores. Embora tenha feito estudos, por meio da criação de um GT que apresentou seus resultados no ano passado, chegando a uma proposta praticamente idêntica à do Fórum – 8,63% da Receita Tributária Líquida – o Cruesp não vem defendendo isso publicamente, de forma coesa e firme. Será que os reitores não se preocupam com o futuro das instituições que dirigem?

Fórum das Seis repudia ofensiva privatista do governo Tarcísio contra Hospital Estadual de Sumaré. Ensino, pesquisa e atendimento à população estão em risco

Uma paralisação estudantil em 18/6, contra a privatização do Hospital Estadual de Sumaré (HES), após decisão aprovada em assembleias de 26 cursos, cumpriu o papel de colocar em destaque uma luta central na Unicamp neste momento. O dia de luta contou, também, com uma manifestação em frente à Secretaria Estadual da Saúde, em SP.

Gerido há 25 anos pela Unicamp e pela Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), o HES atende a uma região com mais de um milhão de habitantes na região metropolitana de Campinas, com 274 leitos, incluindo 18 para UTI adulto e 12 para UTI neonatal. Segundo dados levantados pela ADunicamp, o hospital realiza mensalmente, em média, 1.200 internações, 1.050 cirurgias e mais de 6.500 consultas. Além do atendimento à população, o HES desempenha função relevante na formação de novos profissionais de saúde pública, com 250 vagas anuais de residência médica e 500 de estágios para estudantes de Medicina, Nutrição, Fonoaudiologia, Farmácia e Enfermagem.

O sinal de alerta foi aceso a partir do anúncio, feito pela Secretaria de Estado da Saúde, de que o governo Tarcísio quer extinguir o convênio entre a Unicamp e o Hospital, entregando sua gestão para organizações sociais de saúde, um eufemismo para a privatização da instituição. Segundo o governo, seria necessário realizar uma licitação para definir a gestão do HES, pois o atual convênio expira em julho.

Para o professor Edison Bueno, médico sanitário do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, citado em matéria da ADunicamp, o processo vem sendo conduzido sem qualquer transparência. “Não existe nenhuma obrigatoriedade de fazer o certame. Essa é uma infor-



Manifestação em frente à Secretaria Estadual da Saúde, em São Paulo, em 18/6: Contra a privatização do HES (Foto: DCE Unicamp)

mação, no mínimo, equivocada”, afirmou o docente. Segundo ele, existe um preceito constitucional que garante que um órgão público, como a Unicamp, tem prioridade na gestão de outro órgão público. E uma OS, mesmo sendo uma organização privada sem fins lucrativos, necessariamente busca rendimentos extras, inclusive para pagamentos altos a seus dirigentes. Exatamente por isso, se repetem por todo o país crises e escândalos provocados pela privatização da gestão de instituições públicas de saúde.

Em 2022, o HES foi eleito o melhor hospital público da América Latina. Para o Diretório Central de Estudantes (DCE) da Unicamp, “o rompimento do convênio HES-Unicamp evidencia mais um dos avanços privatistas promovidos por parte do governo de Tarcísio e seus aliados, que utilizam dos serviços públicos, diante dos ótimos índices de funcionamento, como mecanismos de negócios que só acabam por condenar o povo à precariedade e à miséria”.

O Fórum das Seis insta a reitoria da Unicamp e a comunidade acadêmica a dizerem NÃO à privatização do HES.